

Colóquio sobre o “Dever da Memória”

O projecto de Resolução que consagra o dever da memória em letra de lei da República aguarda votação desde que foi discutido em plenário, no passado 30 de Março. É preciso votá-lo. Para que não se esqueça o que foi a imprensa amordaçada pela Comissão de Censura.



“Pelos seus serviços a PIDE/DGS recebia da RTP, no final dos anos 60, 15 mil escudos e, posteriormente, 22 contos. Respondendo a uma sugestão da DGS, o administrador-geral da RTP, Ramiro Valadão, encarregou em 1969 o eng. Matos Correia de montar um serviço de segurança na empresa, com o apoio de todas as forças policiais. Em Maio de 1971, Ramiro Valadão nomeou, para os assuntos de segurança na RTP, o coronel Augusto Bagorra.

“Também os trabalhadores dos jornais de maior tiragem foram atentamente vigiados pela PIDE/DGS, que tinha informadores no seu seio, como aquele que, em 24 de Fevereiro de 1966, enviou um relatório com as biografias dos principais colaboradores do Diário de Lisboa, Esse mesmo informador, ou outro, que também estava infiltrado no Sindicato dos Jornalistas, denunciou em 1968 os elementos ‘esquerdistas’ desse jornal, nomeando Mário Castrim, Assis Pacheco Silva Costa, um católico progressista, ‘cérebro de todo o movimento’.

“No Diário de Notícias o engenheiro-chefe Fernando Manuel Moutinho entregou em 1965 à PIDE uma relação do pessoal do jornal e, dois anos depois, solicitou a atenção daquela polícia para quatro trabalhadores que estariam a desenvolver ‘agitação entre os operários’. Silva Pais remeteu o assunto para o inspector superior Pereira de Carvalho que despachou no sentido de serem sujeitos a uma ‘busca’.

“Por seu turno, em Maio de 1971, um inspector da DGS deslocou-se ao DN para investigar uma paralisação laboral, avisando os operários de que seria obrigado a deter quem fizesse greve” (*in Irene Flunser Pimentel, A História da PIDE* (ed. Círculo dos Leitores, 2007)

Para que a memória não se apague é fundamental que a Petição do Movimento Cívico *Não Apaguem a Memória!* seja votada na Assembleia da República.

O colóquio de Lisboa realiza-se no próximo **5 de Dezembro**, das **18h às 20h30**, no auditório do SPGL, Rua Fialho de Almeida nº 3 (Bairro Azul) - Metro S. Sebastião.

Joana Lopes: os católicos e a imprensa clandestina

José Augusto Rocha: os “tribunais plenários”

Fernando Rosas: os arquivos e os juízes dos “tribunais plenários”

A historiadora **Irene Pimentel** será moderadora do debate.

Contamos consigo para que o colóquio decorra com o êxito esperado.

Planta da Rua Fialho de Almeida

